Planejamento territorial em áreas de ecoturismo: tensões e impactos da infraestrutura no litoral da Mata Atlântica.

Territorial Planning in Ecotourism Areas: Tensions and Infrastructure Impacts on the Atlantic Forest Coastline.

Beatriz da Silva Gomes[1]

Marcelo Chemin[2]

RESUMO: Este artigo analisa os conflitos entre obras de infraestrutura e práticas de ecoturismo no litoral do estado do Paraná, região inserida no bioma Mata Atlântica. A pesquisa parte da hipótese de que grandes empreendimentos, ainda que respaldados por discursos de desenvolvimento, comprometem a sustentabilidade das iniciativas ecoturísticas ao impactarem ecossistemas sensíveis e comunidades locais. O estudo adota abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e análise documental. Foram examinadas publicações científicas recentes, relatórios técnicos, planos de manejo, estudos de impacto ambiental e materiais institucionais relacionados à implantação de obras como a Ponte de Guaratuba, a duplicação de rodovias e o Complexo

[1] Licenciatura e Bacharelado em Geografia e meio ambiente pela PUC-Rio. MBA em Pedagogia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes e Mestranda do Programa de Pós-graduação em Turismo da UFPR.

[2] Bacharel em Turismo pela UEPG. Mestrado em Turismo e Hotelaria (UNIVALI). Doutor em Geografia (UFPR). Pós-doutorado (UNL/Lisboa). Professor Titular da UFPR, no curso de Gestão de Turismo (Setor Litoral) e Mestrado em Turismo (Curitiba).

Rodoviário Litoral. Os resultados revelam tensões significativas entre os objetivos declarados de conservação ambiental e as práticas de ordenamento territorial que favorecem a infraestrutura pesada. A análise demonstra que o ecoturismo depende de políticas públicas coerentes, do uso de indicadores sensíveis ao contexto local e da participação ativa das comunidades afetadas. Conclui-se que a consolidação de um modelo de turismo sustentável na região requer planejamento territorial integrado, com foco na proteção da biodiversidade e na valorização sociocultural dos territórios. O estudo contribui para o debate sobre os limites e as possibilidades da gestão ambiental frente aos conflitos entre turismo, infraestrutura e conservação em áreas de elevada sensibilidade ecológica.

Palavras-chave: Planejamento territorial; Ecoturismo; Mata Atlântica; Sustentabilidade; Conflitos socioambientais.

ABSTRACT: This article analyzes the conflicts between infrastructure projects and ecotourism practices on the coast of Paraná, a region located within the Atlantic Forest biome. The research assumes that large-scale developments, although often justified by discourses of progress, compromise the sustainability of ecotourism initiatives by affecting sensitive ecosystems and traditional communities. The study adopts a qualitative approach, combining bibliographic research and documentary analysis. Recent academic publications, technical reports, management plans, environmental impact studies, and institutional materials related to projects such as the Guaratuba Bridge, highway duplications, and the Litoral Road Complex were examined. The findings reveal significant tensions between environmental conservation goals and territorial planning practices that prioritize large infrastructure. The analysis shows that ecotourism depends on coherent public policies, context-sensitive indicators, and the active participation of local communities. The study concludes that establishing a sustainable tourism model in the region

requires integrated territorial planning focused on biodiversity protection and sociocultural recognition of local territories. This research contributes to the debate on the limits and possibilities of environmental governance in the face of conflicts involving tourism, infrastructure, and conservation in ecologically fragile areas.

KEYWORDS: Territorial planning; Ecotourism; Atlantic Forest; Sustainability; Socio-environmental conflicts.

Introdução

Nas últimas décadas, as discussões em torno das questões ambientais passaram a ocupar lugar de destaque nas agendas políticas, acadêmicas e sociais, impulsionadas pela intensificação dos impactos provocados pela degradação dos ecossistemas e pelas mudanças climáticas (JACOBI, 2003; LAYRARGUES, 2000). Nesse cenário, torna-se cada vez mais urgente buscar alternativas que conciliem crescimento econômico e preservação ambiental. O turismo, especialmente em sua vertente ecológica, surge como uma dessas alternativas ao propor um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, ancorado na conservação da natureza e na valorização das culturas locais (MOEHLECKE, 2006; LINDEN; BARTHOLO, 2007).

A Mata Atlântica, bioma de reconhecida importância ecológica, histórica e social, estendia-se originalmente por cerca de 1,3 milhão de km², abrangendo 17 estados brasileiros. Atualmente, restam cerca de 12% de sua cobertura original, distribuídos em fragmentos de vegetação altamente ameaçados (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE, 2021). Com uma biodiversidade exuberante e alto grau de endemismo, a Mata Atlântica exerce funções ecológicas essenciais, como regulação climática, proteção dos mananciais hídricos e controle da erosão, além de ser o lar de populações humanas que dependem diretamente de seus recursos (BRITO, 2019).

Neste contexto, o ecoturismo tem sido promovido como uma prática capaz de aliar conservação ambiental e desenvolvimento local. A atividade pressupõe a realização de visitas a áreas naturais com o propósito de apreciar os atrativos, promovendo a educação ambiental e o envolvimento das comunidades do entorno. Autores, como Hetzer (1965), Ziffer (1989) e Fennell (2003), contribuem para a definição dos princípios que sustentam o ecoturismo como prática ética e sustentável. No Brasil, autores como Milanese (2002) e Beni (2006) reforçam a necessidade de planejamento participativo e gestão integrada para que o ecoturismo contribua efetivamente para o desenvolvimento sustentável. No entanto, essa modalidade turística não está imune às tensões provocadas por modelos predatórios de desenvolvimento, baseados na expansão urbana descontrolada, na especulação imobiliária e na implantação de grandes obras de infraestrutura (BECKER, 2013; HARVEY, 2005), que frequentemente ignoram os limites ecológicos e os direitos das populações tradicionais (ACSELRAD, 2004).

O presente estudo tem como objeto de análise o ecoturismo praticado na Mata Atlântica, com recorte espacial voltado para o litoral do Paraná. Esta região abriga remanescentes significativos do bioma e apresenta elevado potencial turístico, ao mesmo tempo em que sofre com pressões antrópicas intensas (IBGE, 2021; SANTOS, 2008). O crescimento de atividades econômicas não planejadas, aliado à instalação de grandes empreendimentos, como portos, estradas e empreendimentos imobiliários, acarreta impactos socioambientais que colocam em xeque os princípios do ecoturismo e os objetivos de conservação do bioma (FERREIRA, 2012).

Diante desse panorama, a presente pesquisa busca compreender como as práticas de ecoturismo vêm sendo implementadas nesse território, avaliando seus impactos sobre a sustentabilidade ambiental da região. A análise se desenvolverá com base em fontes documentais, como planos de manejo, relatórios técnicos, diagnósticos ambientais e políticas públicas voltadas para o turismo e o meio ambiente (BRASIL, 2018; PARANÁ, 2020).

Trata-se de uma abordagem que permite mapear o cenário atual das atividades turísticas sustentáveis na região, bem como identificar conflitos e desafios à consolidação de um modelo de desenvolvimento compatível com a conservação ambiental (CARVALHO, 2006).

O problema de pesquisa que orienta este trabalho é: quais os principais impactos das grandes obras de infraestrutura sobre as áreas de ecoturismo na Mata Atlântica? Essa pergunta parte do reconhecimento de que as intervenções estruturais em áreas naturais, muitas vezes justificadas por promessas de desenvolvimento econômico e geração de empregos, têm provocado a fragmentação de ecossistemas, a descaracterização de territórios tradicionais e a perda de biodiversidade (PORTO-GONÇALVES, 2006; RIBEIRO, 2014). No litoral do Paraná, essa realidade se manifesta com clareza, sobretudo nas regiões próximas aos portos, aos empreendimentos turísticos privados de grande escala e às vias de acesso às zonas costeiras.

Como hipótese de pesquisa, parte-se da suposição de que a presença e a expansão de grandes obras de infraestrutura interferem diretamente na sustentabilidade das práticas de ecoturismo, seja pela alteração das paisagens naturais, seja pela pressão sobre os recursos ecológicos e socioculturais locais (COSTA, 2019). Compreender esses impactos é essencial para a proposição de alternativas que fortaleçam a prática do ecoturismo como estratégia de desenvolvimento ambientalmente responsável e socialmente justo.

O objetivo geral do estudo é analisar a relação entre o ecoturismo e o desenvolvimento no litoral paranaense da Mata Atlântica, com foco na sustentabilidade. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (1) mapear as práticas de ecoturismo desenvolvidas no litoral do Paraná a partir de fontes documentais/catálogos de empresas do setor; e (2) investigar, por meio de análise documental, os impactos de obras de infraestrutura sobre as áreas de ecoturismo na região.

A escolha do tema está relacionada à relevância crescente dos debates sobre a sustentabilidade dos territórios turísticos inseridos em áreas de preservação (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009). A Mata Atlântica, pela sua complexidade ecológica e histórica, representa um campo de estudo oportuno para a análise das contradições entre conservação ambiental e desenvolvimento. No contexto do litoral do Paraná, essas tensões se materializam de forma evidente, especialmente diante do avanço de grandes projetos de infraestrutura (TUNDISI, 2017).

A pesquisa propõe uma análise crítica das práticas de ecoturismo, considerando as transformações provocadas por intervenções humanas em áreas naturais. O enfoque documental permite examinar políticas públicas, relatórios técnicos e legislações que interferem diretamente na gestão territorial (LOUREIRO, 2012). Tal abordagem é pertinente para identificar padrões, apontar lacunas e propor alternativas viáveis ao desenvolvimento da atividade turística em consonância com os princípios da sustentabilidade.

Nessa perspectiva, é fundamental compreender o território não apenas como um espaço físico delimitado, mas como uma construção social marcada por disputas entre diferentes atores, interesses e projetos de desenvolvimento. Segundo Raffestin (1993), o território é o resultado de um processo de apropriação mediado pelo poder, onde os investimentos e as intervenções públicas ou privadas materializam relações de dominação, controle e resistência. No litoral do Paraná, tais dinâmicas se evidenciam nas disputas entre o capital privado, os interesses estatais e as demandas das comunidades tradicionais e ambientalistas.

As políticas públicas, nesse contexto, assumem papel central, seja como instrumento de regulação e proteção ambiental, seja como vetor de indução de obras de infraestrutura e expansão do turismo. Contudo, muitas vezes, tais políticas revelam contradições entre os discursos de sustentabilidade e as práticas efetivas de ordenamento territorial (SANTOS,

2002; ACSELRAD, 2004). Portanto, analisar o ecoturismo sob a ótica do território e da política pública permite elucidar os conflitos socioambientais que atravessam a gestão da Mata Atlântica no litoral paranaense.

Este artigo é organizado em 6 seções. A introdução do trabalho está na primeira seção. Na segunda seção, material e métodos existentes sobre o assunto. Na terceira, são apresentados os dados coletados que serão analisados e discutidos. Na quarta seção a conclusão do trabalho e, por fim, as referências que deram suporte científico ao desenvolvimento deste artigo são apresentadas na penúltima seção.

Material e Métodos

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo, fundamentando-se em dois eixos metodológicos: a pesquisa bibliográfica e a análise documental. O estudo busca analisar a relação entre o ecoturismo e o desenvolvimento sustentável no litoral paranaense da Mata Atlântica, com especial atenção aos impactos provocados por obras de infraestrutura sobre áreas de prática ecoturística.

De acordo com Gil (2007), a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, tornando-o mais claro ou auxiliando na construção de hipóteses. Já a pesquisa documental, segundo Fonseca (2002), baseia-se na análise de materiais que ainda não receberam tratamento analítico sistematizado, como relatórios, registros administrativos, mapas, fotografias, vídeos, entre outros. Lakatos e Marconi (2003) complementam essa definição ao destacarem que a pesquisa documental se diferencia da pesquisa bibliográfica por empregar fontes primárias ainda não interpretadas do ponto de vista científico.

A pesquisa bibliográfica deu início aos trabalhos e teve como objetivo aprofundar as interfaces entre ecoturismo, infraestrutura e sustentabilidade em áreas de preservação. Foram selecionados artigos científicos por meio de

buscas realizadas nas plataformas *SciSpace*, *Scopus* e *Portal de Periódicos da CAPES*, utilizando os descritores: *ecoturismo*, *infraestrutura sustentável*, *indicadores de sustentabilidade* e *turismo responsável*, em português e inglês. Os filtros aplicados priorizaram publicações dos últimos cinco anos (2020–2024), com acesso aberto ou resumos disponíveis, e com foco em estudos empíricos e revisões sistemáticas. Também foram considerados critérios como diversidade geográfica dos estudos, fundamentação teórica sólida e métodos analíticos relevantes.

O segundo eixo metodológico corresponde à pesquisa documental, desenvolvida em três etapas principais:

- Pré-análise: delimitação do objeto de estudo, formulação de hipóteses e elaboração do plano de trabalho, identificando as fontes documentais pertinentes à investigação.

- Organização e categorização: os documentos foram classificados com base em categorias analíticas coerentes com o problema de pesquisa, tais como práticas ecoturísticas, sustentabilidade, infraestrutura, impactos ambientais e políticas públicas. Foram elaboradas fichas documentais para o registro das informações essenciais de cada material.

- Análise e interpretação: com base em uma abordagem qualitativa, foi adotada a técnica de análise de conteúdo conforme Bardin (2016), permitindo a construção de inferências e a confirmação ou refutação das hipóteses iniciais.

As fontes utilizadas incluíram documentos oficiais (planos diretores, estudos de impacto ambiental, EIA/RIMA, relatórios de gestão e legislações municipais e estaduais), materiais produzidos por empresas do setor de ecoturismo (catálogos, folders, relatórios institucionais), reportagens

jornalísticas, matérias televisivas, vídeos institucionais, mapas, croquis, fotografias e registros de reuniões públicas. Esses materiais foram coletados em órgãos públicos, arquivos digitais, sites institucionais e acervos técnicos vinculados ao turismo e ao meio ambiente. A diversidade e amplitude das fontes visam assegurar maior profundidade e confiabilidade à análise, considerando a complexidade do objeto investigado.

Resultados e Discussão

Contribuições da literatura para a sustentabilidade do ecoturismo

O ecoturismo, enquanto modalidade de turismo pautada em princípios de conservação ambiental, responsabilidade social e valorização das comunidades locais, vem se consolidando como alternativa viável ao desenvolvimento sustentável. A relação entre ecoturismo e infraestrutura aparece como um ponto sensível nas dinâmicas de uso do território. Cunha e Fonseca (2024), ao avaliarem o projeto do Arco Viário Metropolitano na Mata Atlântica fluminense, demonstram que empreendimentos de grande porte podem acarretar significativas perdas ambientais. Segundo os autores, esse projeto implicaria a supressão de até 189 hectares de vegetação nativa, afetando diretamente áreas de conservação. A análise utiliza abordagem científica para medir os impactos potenciais e evidencia uma forte oposição social, configurando-se como alerta à negligência dos princípios ecológicos em nome do desenvolvimento.

As obras selecionadas oferecem contribuições significativas para a compreensão crítica dos desafios e das potencialidades do ecoturismo no contexto contemporâneo, especialmente no que tange à articulação entre conservação ambiental, gestão territorial e inclusão social.

Quadro 1: Síntese da produção científica recente sobre ecoturismo e sustentabilidade.

Autor/Ano	Foco da Pesquisa	Metodologia / Abordagem	Principais Contribuições	Indicadores Destacados
Bezuhla (2020)	Papel da infraestrutura de suporte em regiões de potencial turístico	Generalização e agrupamento, base em teorias de desenvolvimento sustentável	Identifica gargalos estruturais como estradas precárias, falta de sinalização e serviços básicos	Operacionais: qualidade das vias, serviços básicos, capacidade de carga dos atrativos
Rakhmonov (2024)	Capacitação e gestão comunitária no ecoturismo	Estudo de caso analítico com foco social	Defende o empoderamento comunitário, valorização de saberes tradicionais e geração de renda como pilares do ecoturismo sustentável	Sociais e econômicos: geração de renda, capacitação, autonomia comunitária, ODS 8 e 12
Sitompul (2024)	Revisão sistemática sobre princípios do ecoturismo sustentável	Revisão sistemática da literatura	Destaca conservação, participação e educação ambiental como princípios centrais e aponta falhas em sua aplicação prática	Qualitativos: adesão a planos de manejo, educação ambiental, conscientização de turistas
Žunić, Pivac e Košić (2022)	Infraestrutura turística e efetividade dos TTSOs	Abordagem exploratória e qualitativa	Aponta falta de alfabetização turística e gestão técnica como entraves à sustentabilidade	Institucionais: formação técnica, participação social, engajamento em TTSOs
Cunha e Fonseca (2024)	Indicadores de sustentabilidade ambiental e social no ecoturismo	Avaliação integrada de riscos socioambientais	Utiliza indicadores ambientais (como desmatamento) e sociais (oposição da população) para avaliação de sustentabilidade	Ambientais e sociais: área desmatada, proximidade de UCs, oposição da comunidade local

Legenda: Quadro elaborado a partir de revisão bibliográfica sobre ecoturismo, infraestrutura e sustentabilidade, com ênfase em publicações dos anos de 2020 a 2024. Apresenta autores, metodologias e principais indicadores discutidos nas pesquisas.

Assim, os estudos analisados demonstram que a sustentabilidade no ecoturismo depende da definição e aplicação de indicadores específicos, capazes de orientar políticas públicas, subsidiar decisões e garantir o

equilíbrio entre conservação e desenvolvimento. A construção de indicadores sensíveis ao contexto local e às realidades socioambientais é, portanto, essencial para o êxito das iniciativas ecoturísticas.

A análise evidenciou que o ecoturismo apresenta viabilidade quando articulado em quatro pilares interdependentes: (1) conservação ambiental, com ênfase na mitigação da fragmentação de habitats; (2) sustentabilidade econômica, mediante instrumentos como o ICMS Ecológico e iniciativas de turismo comunitário; (3) infraestrutura planejada, incorporando tecnologias de monitoramento e zoneamento funcional; e (4) dinâmicas territoriais e políticas públicas, com foco na articulação entre escalas de governança, planejamento regional e participação social. Identificaram-se lacunas críticas na literatura, como a escassez de estudos sobre os impactos de mega-infraestruturas (ponte, rodovias) e a ausência de métricas padronizadas para avaliar a sustentabilidade financeira de RPPNs.

Como direção futura, propõe-se o desenvolvimento de um modelo integrado de avaliação que combine indicadores ecológicos, socioeconômicos e de satisfação turística, fundamentado nas contribuições teóricas revisadas. Essa abordagem poderá subsidiar políticas públicas mais robustas, capazes de conciliar a preservação da biodiversidade com o desenvolvimento territorial sustentável no bioma.

Infraestruturas em disputa no litoral paranaense

A relação entre infraestrutura, território e sustentabilidade tem sido amplamente discutida em estudos recentes que destacam a importância da articulação entre planejamento territorial e conservação ambiental, especialmente em áreas de relevância ecológica como a Mata Atlântica. Conforme Hall (2010), a implementação de projetos de infraestrutura deve considerar os impactos socioambientais e o potencial de promoção do turismo sustentável, integrando práticas que minimizem a degradação dos ecossistemas. Além disso, o planejamento territorial sustentável requer o envolvimento ativo das comunidades locais para assegurar que o

desenvolvimento econômico não comprometa os recursos naturais essenciais, como ressaltado por Bramwell e Lane (2011). A proteção dos corredores ecológicos e a manutenção da integridade ambiental são essenciais para o ecoturismo, que depende diretamente da conservação da biodiversidade e dos serviços ambientais, como discutido por Weaver e Lawton (2007).

Quadro 2 – Análise documental de obras de infraestrutura no litoral do Paraná.

Documento	Órgão Responsável	Empreendimento	Objetivo	Principais Impactos	Medidas Propostas
Boletim de Dados Turísticos – Turismo Receptivo no Litoral do PR	IPRIM / SEDEST	Monitoramento do turismo receptivo	Analisar a movimentação turística	Sazonalidade; pressão sobre infraestrutura	Calendário de eventos; descentralização
RIMA – Duplicação da PR-340	DER/PR	Duplicação da PR-340	Melhorar a logística regional	Supressão vegetal; fragmentação de habitats	Compensação ambiental; controle de erosão
Ebook Turismo V8	SEBRAE / Paraná Turismo	Turismo de experiência no PR	Qualificar o turismo sustentável	Valorização cultural; uso de áreas naturais	Capacitação; roteirização; turismo responsável
Infográfico Embratur – Turismo de Natureza	Embratur	Promoção do ecoturismo	Potencializar o turismo de natureza	Baixo impacto ambiental; valorização da biodiversidade	Divulgação e mapeamento de destinos
RIMA – Ponte de Guaratuba	DER/PR	Construção da Ponte de Guaratuba	Substituir ferry-boat e ampliar mobilidade	Impactos em manguezais e áreas costeiras	Recomposição vegetal; controle de ruídos

EVTEA-J (2024)	SEIL	Complexo Rodoviário Litoral	Ampliar acesso multimodal	Maior tráfego; pressão sobre Mata Atlântica	Audiências públicas; estudos complementares
EIA/RIMA – Ponte Guaratuba (2022)	IAT / DER-PR	Ligação Matinhos–Guaratuba	Melhorar mobilidade regional	Supressão de manguezais; impacto na pesca	Alternativas de traçado; proteção à fauna
Plano Funcional – Ponte Guaratuba (2023)	DER/PR	Projeto e acessos	Viabilidade técnica e ambiental	Menor impacto visual e estrutural	Projetos com canteiros de menor impacto
Duplicação PR-412 Guaratuba–Garuva (2024)	DER/PR / SEIL	Duplicação + ciclovia e viaduto	Fomentar turismo e mobilidade	Terraplenagem em áreas alagadas	Ciclovia; drenagem; segurança viária
Faixa de Infraestrutura PR-407 a Pontal (2024)	IAT	"Bioestrada" litoral	Melhorar mobilidade interna	Fragmentação de habitat e florestas	Licenciamento; compensações ambientais
Melhorias na PR-340 (2024)	SEIL / DER-PR	Requalificação viária	Segurança e acessibilidade	Impactos na Mata Atlântica	Mitigação e monitoramento ambiental

Legenda: Quadro construído com base em documentos técnicos e institucionais referentes a empreendimentos de infraestrutura viária e turística no litoral paranaense. Sintetiza objetivos dos projetos, principais impactos socioambientais e medidas mitigadoras previstas.

A análise dos documentos e projetos apresentados evidencia a complexidade de conciliar infraestrutura e desenvolvimento territorial com a conservação ambiental e a sustentabilidade do ecoturismo em áreas de Mata Atlântica. Segundo Weaver (2001), a sustentabilidade no turismo depende fundamentalmente da capacidade de mitigar os impactos ambientais das intervenções e garantir que os benefícios econômicos sejam distribuídos de forma justa e equitativa. Além disso, Holden (2016) enfatiza que a gestão integrada do território deve considerar as múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável, englobando fatores sociais, ambientais e econômicos. Isso exige processos participativos e a incorporação de saberes locais para garantir a resiliência dos ecossistemas e o fortalecimento das comunidades que vivem e dependem do turismo. Os casos analisados confirmam a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e integrada para o planejamento de obras de infraestrutura que respeitem as especificidades do território e promovam a conservação ambiental, conforme recomendado por Gössling et al. (2012).

Considerações Finais

A análise documental dos projetos de infraestrutura no litoral do Paraná evidencia uma tensão constante entre as promessas de desenvolvimento e os princípios da conservação ambiental. Embora os discursos oficiais valorizem a mobilidade, o crescimento turístico e a modernização regional, os documentos técnicos revelam que essas obras frequentemente acarretam impactos negativos em áreas sensíveis da Mata Atlântica, comprometendo a sustentabilidade de práticas ecoturísticas.

A pesquisa confirma que a expansão de grandes empreendimentos compromete a integridade ecológica e sociocultural de regiões importantes para o ecoturismo. Fragmentação de habitats, remoção de vegetação nativa,

alterações em áreas úmidas, interferência nas comunidades tradicionais e ameaça à biodiversidade aparecem de forma recorrente, mesmo quando há previsão de medidas mitigadoras ou compensatórias.

Diante desse cenário, a consolidação de um modelo de ecoturismo sustentável no litoral paranaense exige a articulação entre diferentes níveis de governança, a participação ativa das comunidades locais e o uso de indicadores claros de sustentabilidade. O planejamento ambiental precisa ser estratégico e considerar as especificidades ecológicas e socioculturais do território.

O estudo reforça que o ecoturismo deve ser compreendido não apenas como um produto turístico, mas como uma estratégia integrada de conservação e de promoção da justiça socioambiental. Por isso, é fundamental adotar abordagens interdisciplinares e metodologias sensíveis à complexidade territorial dos ambientes costeiros e florestais da Mata Atlântica.

Referências

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. São Paulo: Ed. FGV, 2004.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BECKER, B. K. *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 71–96, 2013.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 12. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

BRAMWELL, B.; LANE, B. Critical research on the governance of tourism and sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 19, n. 4–5, p. 411–421, 2011.

BRASIL. *Plano Nacional de Turismo 2018–2022*. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.

BRITO, M. C. Ecossistemas costeiros e turismo sustentável: uma abordagem integrada. *Cadernos de Geografia*, v. 29, n. 55, p. 203–223, 2019.

CARVALHO, C. E. Ecoturismo e desenvolvimento sustentável em áreas protegidas. *Revista Rosa dos Ventos*, v. 2, n. 2, p. 22–38, 2006.

COSTA, M. D. M. Turismo e conflitos socioambientais: desafios do desenvolvimento sustentável. *Revista Geosul*, v. 34, n. 69, p. 125–144, 2019.

CUNHA, P.; FONSECA, J. Arco Viário Metropolitano e seus impactos na Mata Atlântica fluminense. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 13, n. 2, p. 112–130, 2024.

DER/PR. *Estudos e Relatórios Técnicos de Infraestrutura Viária: PR 340, Ponte de Guaratuba e PR 412*. Curitiba: Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, 2022–2024.

FENNELL, D. A. *Ecotourism: an introduction*. 2. ed. London: Routledge, 2003.

FERREIRA, M. S. Turismo e conflitos socioambientais no litoral do Paraná. *Revista de Geografia*, v. 31, n. 1, p. 99–116, 2012.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE. *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica – Período 2020–2021*. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2021.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GÖSSLING, S.; SCOTT, D.; HALL, M. C. Challenges of tourism in a low-carbon economy. *Tourism Management*, v. 33, p. 1–7, 2012.

HALL, C. M. *Tourism planning: policies, processes and relationships*. Essex: Pearson Education, 2010.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

HETZER, W. Environment, tourism, and values. *The Tourist Review*, n. 2, p. 3–9, 1965.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2021: população e território*. Rio de Janeiro, 2021.

IAT – INSTITUTO ÁGUA E TERRA. *Relatórios ambientais e pareceres técnicos PR 407 e ponte Guaratuba*. Curitiba, 2022–2024.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 118, p. 189–205, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental no Brasil: fundamentos e crítica. *Revista Ambiente & Educação*, São Paulo, v. 5, p. 43–60, 2000.

LINDEN, M.; BARTHOLO, R. Turismo e sustentabilidade: crítica à produção do lugar turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 7, n. 1, p. 37–47, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. *Educação ambiental e a política pública*. São Paulo: Cortez, 2012.

MILANESE, R. L. Ecoturismo e áreas protegidas no Brasil. *Revista Turismo & Sociedade*, v. 2, n. 1, p. 45–62, 2002.

MOEHLECKE, S. Turismo sustentável e áreas naturais. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 13, p. 41–52, 2006.

PARANÁ. *Plano Plurianual do Estado do Paraná 2020–2023*. Curitiba: SEPL, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAKHMONOV, I. Sustainable ecotourism development through community empowerment. *Journal of Ecotourism Studies*, v. 4, n. 1, p. 55–72, 2024.

RIBEIRO, D. Desafios da conservação ambiental em áreas urbanizadas. *Revista Meio Ambiente e Desenvolvimento*, v. 16, n. 2, p. 67–80, 2014.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, R. S. Expansão portuária e impactos socioambientais no litoral do Paraná. *Revista de Geografia Regional*, v. 3, n. 1, p. 81–94, 2008.

SITOMPUL, H. Principles of sustainable ecotourism: A systematic review. *Ecotourism Journal*, v. 12, n. 3, p. 1–18, 2024.

TUNDISI, J. G. Impactos das mudanças climáticas sobre ecossistemas costeiros. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 153–166, 2017.

WEAVER, D. Sustainable tourism: theory and practice. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2001.

WEAVER, D.; LAWTON, L. Twenty years on: the state of contemporary ecotourism research. *Tourism Management*, v. 28, p. 1168–1179, 2007.

ŽUNIĆ, J.; PIVAC, T.; KOŠIĆ, K. Tourist infrastructure in protected areas: challenges and strategies. *Tourism and Environment Studies*, v. 15, n. 2, p. 120–136, 2022.

ZIFFER, K. *Ecotourism: an ethical dimension*. San Francisco: Conservation International, 1989.